

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.054 - SP (2019/0090649-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE : A C DE J L (MENOR)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUIS FELIPE DIAS - DEFENSOR PÚBLICO - SP257452
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO A TRÁFICO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **A. C. DE J. L.** em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o agravante foi representado pela prática de ato infracional equiparado ao delito descrito no art. 33, **caput**, da Lei n. 11343/2006. A representação foi julgada procedente, sendo aplicado ao adolescente a medida socioeducativa em meio aberto.

Irresignada, a acusação interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao apelo, para substituir a medida socioeducativa de prestação de serviços impostas na origem, por medida socioeducativa de internação, sem prazo determinado.

O v. acórdão foi ementado nos seguintes termos (fl. 137):

"APELAÇÃO - Ato infracional análogo ao crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/06 - Sentença que aplicou

ao adolescente as medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade - Autoria e materialidade comprovadas - Pleito ministerial no sentido de substituir as medidas socioeducativas impostas por medida de internação - Possibilidade - Ato infracional grave, passível de medida socioeducativa de internação - Condições pessoais do adolescente, ademais, que recomendam a aplicação da medida socioeducativa extrema - Inteligência do art. 122, I e II, do ECA - Sentença reformada - Apelação provida."

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a defesa alegou ofensa aos arts. 112, § 1º e 122, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao argumento de que o acórdão recorrido carece de fundamentação idônea para imposição da mais gravosa medida socioeducativa prevista na lei menorista, ainda mais porque passados muitos anos depois dos fatos que ensejaram a representação, o que reforça ainda mais a ilegalidade da medida em face da falta de atualidade da mesma, bem como em virtude da superveniente maioridade do agravante.

Pugna, ao final, pelo provimento do apelo nobre para que a medida aplicada em primeiro grau seja restabelecida.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 212-214), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado: **i)** na incidência da Súmula 284/STF, ante a deficiência de fundamentação do recurso, postoq eu a vulneração aos dispositivos arrolados não foi demonstrada; **ii)** na aplicação da Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 227-235).

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **conhecimento** do agravo e **desprovimento** do recurso especial (fls. 259-268).

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a impossibilidade de incidência da Súmula 7/STJ e 284/STF.

Digo, nas razões de fls. 227-235, o agravante, em uma breve explanação, apenas limitou-se a dizer que a fundamentação apresentada no recurso especial era clara e válida, e por isso afastaria a incidência da Súmula **284/STF**, asseverando que *"o recurso especial ora interposto apresenta todos os requisitos constitucionais exigidos, inclusive quanto ao seu cabimento por violação à norma federal"* (fl. 231) além de tecer considerações quanto ao prequestionamento da matéria que sequer foi citado na decisão negativa de admissibilidade.

Quanto à aplicação da Súmula **7/STJ**, apenas consignou que a análise do recurso especial não exigiria revolvimento fático-probatório alegando que *"da própria leitura do recurso especial interposto resta patente que trata apenas de matéria de direito, pelo que se pretende seja dada efetiva aplicação ao Estatuto da Criança e do Adolescente"* (fl. 233).

Não basta deduzir genericamente a inaplicabilidade dos óbices sumulares, devendo ser demonstrado que os fatos foram devidamente consignados no **decisum a quo**, bem como indicar como o acórdão recorrido enfrentou a questão posta em debate no recurso especial, com a efetiva contraposição aos argumentos defensivos, de forma a evidenciar a suficiência da fundamentação do apelo nobre, o que não aconteceu.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 16/5/2016).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.

1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.

2. Os Tribunais Superiores, em recentes decisões, firmaram o entendimento de que, após esgotadas as via recursais ordinárias, apenas casuísticos efeitos suspensivos concedidos aos recursos excepcionais impedirão a execução provisória.

3. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios" (AgRg no AREsp n. 984.287/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 26/06/2017).

Ademais, a pretensão posta neste agravo já foi analisada por esta Corte, nos autos do HC 447.392/SP, cujo acórdão concessivo do **writ** foi publicado no DJe de 28/6/2018, com a seguinte ementa:

"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO

DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO LASTREADA NA GRAVIDADE ABSTRATA DO ATO INFRACIONAL. ILEGALIDADE. **HABEAS CORPUS** NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - "A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. § 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses. § 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada." O elenco das condições é taxativo, não se permitindo a possibilidade de aplicação fora das hipóteses apresentadas (v. g., HC n. 291.176/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 21/8/2014).

III - Nos termos da Súmula n. 492/STF, "o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente".

IV - No presente caso, a medida de internação foi restabelecida ao paciente sem adequação dos fatos às hipóteses previstas pelo art. 122 da Lei n. 8.069/1990, uma vez que se lastreou na gravidade abstrata do ato infracional, mormente nas condições pessoais desfavoráveis do paciente, as quais não se encontram elencadas pelo art. 122 do ECA e não autorizam a imposição da medida socioeducativa de internação. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para determinar que seja definida outra medida socioeducativa mais branda, ressaltando que o adolescente deve permanecer na medida eleita em razão da liminar concedida, até a prolação do novo **decisum**, salvo se por outra razão estiver submetido à medida extrema."

Dessarte, ainda que fosse admitido, o recurso especial estaria prejudicado, na medida em que por meio do **habeas corpus** supracitado já havia sido afastada a medida de internação.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília, 11 de junho de 2019.



Ministro Felix Fischer
Relator